

EXPANSÃO URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: UMA ANÁLISE DA CIDADE DE ALTAMIRA-PARÁ FACE AO EMPREENDIMENTO HIDRELETRICO DE BELO MONTE

Ítalla Cristina NEVES; Gleiciely Barroso CARVALHO; Genilson Santana CORNÉLIO

EXPANSÃO URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: UMA ANÁLISE DA CIDADE DE ALTAMIRA-PARÁ FACE AO EMPREENDIMENTO HIDRELETRICO DE BELO MONTE

Ítalla Cristina NEVES¹
Gleiciely Barroso CARVALHO²
Genilson Santana CORNÉLIO³

99

RESUMO

O presente artigo parte da premissa que um dos principais impactos/consequência da implantação de um grande projeto é a segregação socioespacial, sendo este intensificado pelas novas lógicas de uso e produção do espaço, pois é possível constatar que o processo estabelecido não resultou apenas na divisão de classes, mas, como uma estratégia de controle do espaço urbano de Altamira - Pará, facilitado devido à ineficiência de políticas públicas. O foco de pesquisa, inicialmente, abordara, de modo geral, as transformações no território diretamente atingido e, em particular, no município de Altamira. Para tanto, verificou-se, por meio de entrevistas, com os moradores da cidade a percepção quanto à heterogeneidade espacial com consequentes desigualdades sociais. Adotou-se como procedimentos: levantamento bibliográfico e documental, registros fotográficos, conhecimento empírico, através das entrevistas em aproximadamente dois mil (2000) domicílios e trinta (30) organizações que atuam no fomento, produção e formação no município. Observou-se a necessidade de estender os olhares, pesquisas e reflexões para os municípios ditos “diretamente impactados”, para compreender, de quais diferentes formas, e com quais díspares intensidades, esse município tem padecido com as consequências. Portanto, compreende-se que a segregação socioespacial em Altamira não é um subproduto da urbanização, mas consequência da expansão capitalista que ao integrar a dinâmica do espaço urbano amplia as negativas sociais, sobremaneira, as privações do próprio espaço vivido e as necessidades de serviços básicos em áreas periféricas do município.

Palavras-Chave Amazônia; Grandes projetos; Dinâmica do espaço urbano.

EXPANSIÓN URBANA Y SEGREGACIÓN SOCIALESPACIAL: UN ANÁLISIS DE LA CIUDAD DE ALTAMIRA-PARÁ FECHA AL EMPRENDAMIENTO HIDRELETRICO DE BELO MONTE

Resumen

El presente artículo parte de la premisa que uno de los principales impactos / consecuencia de la implantación de un gran proyecto es la segregación socioespacial, siendo éste intensificado por las nuevas lógicas de uso y producción del espacio, pues es posible constatar que el proceso establecido no resultó sólo en la división de clases, pero, como una estrategia de

¹ Mestranda em geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia na Universidade Federal do Pará/Campus de Belém/bolsista CAPES. Formada em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal do Pará/ Campus de Altamira. Membro do Grupo de Pesquisa GEDTAM.

² Mestranda em geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia na Universidade Federal do Pará/Campus de Belém/bolsista CAPES. Formada em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal do Pará/ Campus de Altamira. Membro do Grupo de Pesquisa GEDTAM.

³ Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal do Pará/ Campus de Altamira. Membro do Grupo de Pesquisa GEDTAM.

control del espacio urbano de Altamira - Pará, facilitado debido a la ineficiencia de políticas públicas. El foco de investigación, inicialmente, abordó, de modo general, las transformaciones en el territorio directamente alcanzado y, en particular, en el municipio de Altamira. Para ello, se verificó, por medio de entrevistas, con los habitantes de la ciudad la percepción en cuanto a la heterogeneidad espacial con consecuentes desigualdades sociales. Se adoptó como procedimientos: levantamiento bibliográfico y documental, registros fotográficos, conocimiento empírico, a través de las entrevistas en aproximadamente dos mil (2000) domicilios y treinta (30) organizaciones que actúan en el fomento, producción y formación en el municipio. Se observó la necesidad de extender las miradas, investigaciones y reflexiones para los municipios dichos "directamente impactados", para comprender, de qué diferentes formas, y con qué dispares intensidades, ese municipio ha padecido con las consecuencias. Por lo tanto, se comprende que la segregación socioespacial en Altamira no es un subproducto de la urbanización, sino consecuencia de la expansión capitalista que al integrar la dinámica del espacio urbano amplía las negativas sociales, sobre todo, las privaciones del propio espacio vivido y las necesidades de servicios básicos en áreas periféricas del municipio.

Palabras-Clave: Amazonia; Grandes proyectos; Dinámica del espacio urbano.

INTRODUÇÃO

Os municípios de Vitória do Xingu, Altamira, Brasil Novo, Anapu e Senador José Porfírio estão localizados na Região de Integração (RI)⁴ do Xingu, Sudoeste do Pará. A Região de Integração (RI) ficou conhecida como “Território da Transamazônica e Xingu”, por ações dos movimentos sociais locais, na década de 1980, que reivindicavam direitos sociais junto aos setores públicos, direitos vinculados à questão ambiental e fundamentados na operacionalização de programas energéticos, como é a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que historicamente tem causado prejuízos socioambientais.

Os referidos municípios são os diretamente impactados, segundo o Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA, 2009) pelo empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte. No entanto, as preocupações de diferentes instituições que acompanham os impactos da obra estão, em maior grau, voltadas para o município de Altamira, tal fato se dá por esse município ser entendido como município polo.

Deste modo, o presente texto tem como objetivo fazer um recorte temporal de análise da expansão urbana do município de Altamira – Sudoeste do Pará, que se intensificou com a

⁴ A Região de Integração (RI) Xingu está consorciada a um total de 10 municípios (Altamira, Vitória do Xingu, Medicilândia, Uruará, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Anapu, Senador José Porfírio e Brasil Novo), com uma população de aproximadamente 331.770 habitantes em 2010, o que corresponde a 4,4% da população do Estado do Pará, sendo a segunda menos populosa (IDESP, 2010).

construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no ano de 2010. A pesquisa foi possível devido à execução do projeto de pesquisa “As Múltiplas Transformações no Município de Altamira Ocasionadas pelo Empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte”, executado pelo GEDTAM – Grupo de Estudos Desenvolvimento e Dinâmicas Territoriais na Amazônia. Tendo em vista o grande histórico de projetos e problemas sociais o grupo busca compreender os acontecimentos no território, na sociedade e no meio ambiente diretamente afetado pelo empreendimento, visando contribuir para a compreensão dos processos de segregação socioespacial no município.

Um dos principais impactos/consequência da implantação de um grande projeto é a intensificação no processo de segregação socioespacial gerada pela nova lógica de produção do espaço urbano. Dessa forma, as ciências humanas, a geografia estritamente, enquanto forma/meio para desvelar/interpretar a respeito das relações sociais, dessas com o espaço.

O foco de pesquisa, inicialmente, abordara, de modo geral, as transformações no território diretamente atingido e, em particular, no município de Altamira. Sendo importante deliberar que o entendimento desses municípios, partirá do conceito de espaço banal, comumente vinculado ao território, na literatura de Milton Santos, no qual:

Quanto a nós, preferimos partir da noção de espaço banal, espaço de todas as pessoas, de todas as empresas e de todas as instituições, capaz de ser descrito como um sistema de objetos animado por um sistema de ações. Nossa busca é a das categorias analíticas simples que deem conta da inseparabilidade do ‘funcional’ e do ‘territorial’. (SANTOS, 2012, p. 283-284).

É no espaço banal, que Santos (2013) vincula ao território usado, que acontece o processo de segregação socioespacial nas suas diferentes formas, que ao integrar a dinâmica do espaço urbano amplia as negativas sociais, sobremaneira, as privações do próprio espaço vivido e as necessidades de serviços básicos em áreas periféricas da cidade Altamira diretamente impactado pela UHE Belo Monte.

Dessa forma, pretende-se priorizar a segregação socioespacial em Altamira, isto não quer proferir que não ocorrerá análises/interpretações do todo, pois, a temática não pode ser compreendida como um dado fixo, inerte, mas sim a partir da rede de relações e transformações no território.

Metodologia

O modelo metodológico para o estudo do processo de segregação socioespacial no município de Altamira pauta-se na análise das pesquisas e diagnóstico com os moradores da

cidade quanto à heterogeneidade espacial com consequentes desigualdades sociais, podemos inferir que a forma da produção do espaço urbano legitima-se na forma de organização da sociedade dentro de uma lógica capitalista. Deste modo, ao analisar os processos anunciados faz-se necessário referencia-los à reflexão teórica e procedimentos metodológicos como: levantamento bibliográfico e documental, registros fotográficos, conhecimento empírico através das entrevistas em aproximadamente dois mil (2060) domicílios e trinta (30) organizações que atuam no fomento, produção e formação no município.

Na condição de bolsista do projeto participei do acompanhamento de algumas famílias que foram remanejadas das aéreas diretamente afetadas do perímetro urbano com acompanhamento destas nos Reassentamento Coletivo Urbano - RUC, diante disto foram coletadas narrativas, registros fotográficos, entrevistas. Com as atividades de pesquisa em campo podemos conhecer essa realidade do Empreendimento Belo Monte através de depoimentos dos próprios moradores, tornando possível compreender as diferentes alterações que transforma o estilo de vida e a dinamização do aumento populacional nos municípios impactados, foram evidenciadas as mais diversas opiniões a respeito das indenizações e a realocação das famílias aos RUCs, onde foi possível perceber a mudança de satisfação e insatisfação de algumas famílias nos reassentamentos, em que foram relatados alguns problemas persistentes e comparativos aos antigos locais onde moravam.

RESULTADOS

Conhecido como município polo da região, a cidade de Altamira está localizada as margens do Rio Xingu, e ao mesmo tempo cortada pela Rodovia Transamazônica. Ao passar do tempo a cidade tornou-se uma espécie de capital regional. Desta forma, Altamira é cenário contínuo de grandes mudanças e transformações, pois o município é listado a categoria de área de segurança nacional e estância hidromineral e incluído na lista de grandes projetos nacionais.

Na última década, tem-se observado uma crescente preocupação oficial em acelerar o crescimento dos municípios do Estado do Pará. Portanto o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) tem como uma de suas principais obra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu. Esta será a terceira maior usina hidrelétrica do mundo, sua

construção está situada na volta grande do Rio Xingu, próximo ao município de Vitoria do Xingu e Altamira.

Neste contexto, a Região de Integração ficou conhecida como “Território da Transamazônica e Xingu”, por ações dos movimentos sociais locais, na década de 1980, que reivindicavam direitos junto aos setores públicos, direitos vinculados à questão ambiental e fundamentados na operacionalização de programas energéticos, como é a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que historicamente tem causado prejuízos socioambientais.

O projeto inicial da Usina de Belo Monte foi idealizado na década de 1980, sendo estas interrompidas inúmeras vezes, dando o início de sua construção em junho de 2011. Foi quando sua construção, no leito do Rio Xingu, sob a desconfiança severa de movimentos sociais, porém com esperança de que este empreendimento impulsiona-se o desenvolvimento da região, sobretudo, empresários e poder municipal. Segundo aos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) aprovado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dispõe que cerca de 96 mil pessoas serão atraídas para a Área de Influência Direta (AID) aos municípios de Altamira e Vitoria do Xingu. Tais locais foram planejados para receber infraestrutura básica para a realização da obra, infraestruturas estas que até o presente momento não foram totalmente realizadas.

Para melhor compreender a estrutura urbana do município de Altamira apresentaremos uma breve revisão deste conceito para analisar o processo da expansão urbana e conseqüentemente análise da segregação socioespacial do município.

Villaça (2001) diz que a “estrutura urbana” deve ser considerada não somente em sua dimensão física, pois esta influência nas inter-relações entre seus elementos prévia e devidamente identificados. Quanto ao “espaço” urbano, por questão de ajuste semântico, o autor lança mão do termo “espaço intra-urbano” não como oposição, mas como delimitação frente ao entendimento do fenômeno urbano como espaço alçado à dimensão das aglomerações, das redes regionais, nacionais e até mesmo em nível global. Portanto à medida que a densidade populacional aumenta, há uma especialização espacial, pois se intensifica a competição pelo espaço que se torna grande e que a cada área na cidade tende a ser destinada aos usos que resultam em retornos econômicos, limitando assim os locais residenciais do local de trabalho.

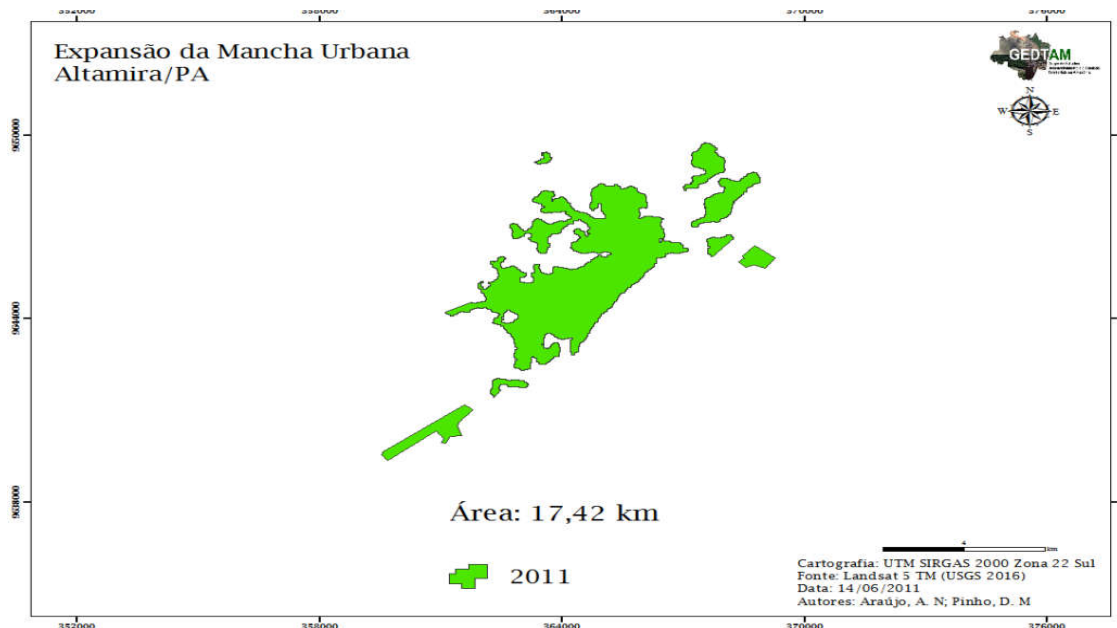
EXPANSÃO URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: UMA ANÁLISE DA CIDADE DE ALTAMIRA-PARÁ FACE AO EMPREENDIMENTO HIDRELETRICO DE BELO MONTE

Ítalla Cristina NEVES; Gleiciely Barroso CARVALHO; Genilson Santana CORNÉLIO

Assim, em 2011, anterior ao início da construção da UHE Belo Monte, o município de Altamira apresentava em sua Mancha Urbana uma área de 17,42 Km² (Mapa de Figura 01).

104

Figura 1: Mancha Urbana do Município de Altamira-PA no ano de 2011

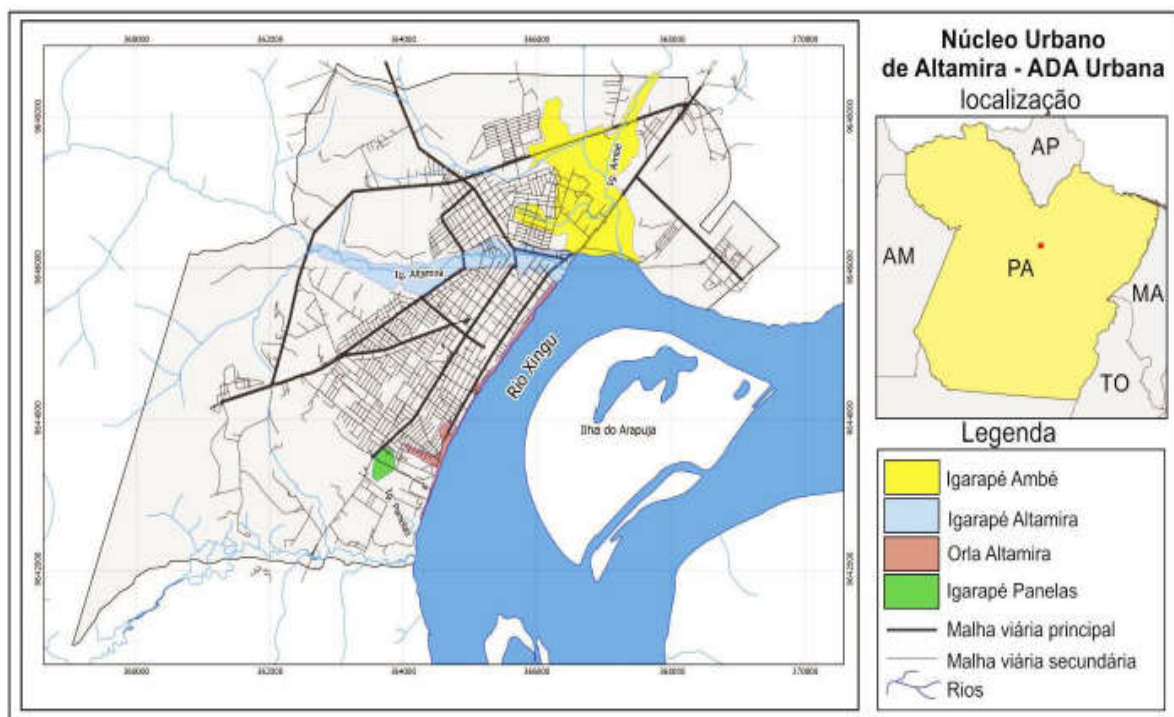


É importante considerar a distribuição da população no espaço, quanto o seu crescimento, pois quanto maior a população, maior a produção de resíduos, maior o nível de degradação ambiental e maior a quantidade de resíduos lançados nas áreas impróprias. Com a ampliação da densidade demográfica ao centro urbano de Altamira, é inevitável o avanço da população em busca das áreas ditas subnormais ou periféricas das cidades. Não havendo ordenamento e controle na ocupação dessas áreas ocorre o agravamento da situação socioambiental.

EXPANSÃO URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: UMA ANÁLISE DA CIDADE DE ALTAMIRA-PARÁ FACE AO EMPREENDIMENTO HIDRELÉTRICO DE BELO MONTE

Ítalla Cristina NEVES; Gleiciely Barroso CARVALHO; Genilson Santana CORNÉLIO

Figura 2. Núcleo Urbano de Altamira – Área Diretamente Afetada Urbana



05

Fonte: Base Cartográfica do IBGE (2011) e Norte Energia S.A (2012).

De acordo com a base cartográfica do IBGE (2011) e estudos realizados pela Norte Energia temos uma visão das Áreas Diretamente Afetadas. As famílias remanejadas das ADAs possuíam uma relação direta com o centro da cidade e relações estabelecidas com o território. Quanto aos estudos de Impacto Ambiental elaborados, estas áreas ficam abaixo da cota 100, trata-se de uma margem de segurança em relação as cheias do Rio Xingu.

Deste modo, intensificação da produção do espaço urbano tem como resultado a desigualdade que segundo Gottdiener (1993, p. 271) diz que esta desigualdade é o produto final dos processos atuais do crescimento econômico e a sua manifestação no espaço, traduz-se na geração de guetos de pobreza, desemprego e crise ambiental. Portanto, tem-se o surgimento de áreas exclusivas orientadas por grupos de maior poder aquisitivo, que contrastam fortemente daquelas associadas aos grupos pobres.

Dentro do contexto de periferização urbana que é definida como a prática de expulsão da população menos favorecida economicamente para as bordas do perímetro urbano, esse fenômeno requer o conhecimento da organização sócioespacial e do

relacionamento desencadeado por transformações no/do território de acordo com as relações sociais de produção estabelecidas na sociedade.

De acordo com Corrêa (2000), os bairros das cidades refletem o planejamento urbano, pois é a partir do bairro que se enxerga a cidade e o mundo. Um bairro e seu sistema de valores estável possibilitam maior reprodução do grupo social que ali vive. Para isto, contribui a localização diferenciada dos serviços de uso coletivo: melhores escolas, hospitais, policiamento, infraestrutura básica, parques e jardins localizam-se nas áreas residenciais mais nobres, minimizando os custos de reprodução de seus já distintos habitantes.

O atual padrão de urbanização das áreas ditas diretamente afetadas da cidade de Altamira se caracteriza pela predominância de áreas com carência de infraestrutura, esgoto a céu aberto, este é revelado pelo processo de ocupação desordenado marcado pela relação de desigualdade e segregação territorial, resultado de sucessivos movimentos migratórios que conduziram à abertura e ampliação da área urbana de Altamira em direção as bordas e margens dos igarapés, espaços que foram ocupados de forma espontânea e irregular. Estas áreas estão sujeitas a alagamentos decorrentes das enchentes no Igarapé Ambé e Igarapé Altamira. Mesmo que algumas obras venham sendo realizadas ao longo dos anos: elevação da urbanização de algumas ruas, construção de pontes sobre os igarapés, sucessivos aterramento de lotes, obras que muitas vezes alteram o leito original dos igarapés, agravando os problemas de inundação no período sazonal.

Morar em um bairro periférico significa muito mais do que apenas ser segregado, significa ter oportunidades desiguais em nível social, econômico, educacional, renda e cultural. Portanto, compreende-se que a segregação socioespacial em Altamira não é um subproduto da urbanização, mas consequência da expansão capitalista que ao integrar a dinâmica do espaço urbano amplia as negativas sociais, sobremaneira, as privações do próprio espaço vivido e as necessidades de serviços básicos em áreas periféricas do município.

Ao analisar a questão habitacional deve ter enfoque nas questões sociais, econômicas e políticas. Devido à restrição do mercado privado, em especial do imobiliário, os moradores, para que possam ter direito à habitação, acabam por morar em lugares cada vez mais distantes do centro, ou mesmo em áreas de risco, ou em favelas que se formam próximas a esses centros.

Figura 3. Baixão do Tufi.



Figura 4. Bairro Invasão dos Padres.



Fonte: GEDTAM

As imagens acima citadas são referentes aos bairros periféricos (Áreas Diretamente Afetadas – ADA) do município de Altamira, obtidas através das pesquisas de campo produzidas pelo grupo de pesquisa GEDTAM.

Para Torres et al (2003) chegaram à conclusão de que a segregação socioespacial da cidade e a pobreza urbana não é apenas uma questão da condição social, ou indicador estatístico da realidade das cidades, mas também de concentração espaciais e sociais, envolvendo desigualdade, separação e homogeneidade espacial. Portanto para estes autores os problemas de segregações sociais também estão ligados às políticas públicas, que deveriam ser criadas para melhorar a situação dessas pessoas, pois, uma importante consequência social da fusão entre desigualdade e a segregação é o forte efeito cumulativo dos riscos sociais e ambientais.

As negativas sociais ajuda a evidenciar que a integração da Amazônia a economia mundial, a movimentação do capital no território e as transformações nas dinâmicas locais, ratificam a lógica de interesses sobrepostos em que o Brasil e a Amazônia estão na Divisão Internacional do Trabalho a partir dos territórios multi-gestionários e multi-identitários que constroem os territórios rede.

Por isso, entende-se, a partir de Santos (2013) que os grandes projetos e/ou “próteses” não devem descaracterizar as dinâmicas tradicionais. E, que, o verdadeiro desenvolvimento para o território, só será alcançado a partir da compreensão da multiplicidade que compõem culturas, sujeitos, instituições, grupos e classes que configuram qualquer cenário.

Portanto, assume-se que o avanço do capital no território, a partir do empreendimento Belo Monte e a ineficiência ou ausência de políticas públicas que

compreendam as múltiplas necessidades do território, segrega parte expressiva da população, causa a desestruturação territorial e uma nova configuração no espaço urbano.

Partindo deste ponto observou-se que a segregação sócioespacial foi moldada pela atuação dos novos sujeitos territoriais que impuseram diferentes usos no/do espaço, sendo possível constatar que o processo estabelecido não resultou apenas na divisão de classes, mais, como uma estratégia de controle do espaço urbano de Altamira, facilitado devido à ineficiência de políticas públicas. Além dos territórios específicos e separados para cada grupo social, além da separação das funções morarem e trabalhar, a segregação é patente na visibilidade da desigualdade de tratamento por parte das administrações locais. Luz ou esgoto são evidências claras desta política discriminatória por parte do poder público, um dos fortes elementos produtores da segregação.

Com o início das obras do Empreendimento, intensificou a dinâmica no perímetro urbano, aumentando consideravelmente os problemas sociais, econômicos e ambientais nas, mas diferentes escalas que condicionam transformações no território. Dentre essas transformações à construção do empreendimento, o intenso fluxo migratório cresceu consideravelmente, principalmente no município de Altamira que além de possuir maior acesso, através da Rodovia Transamazônica, este é o mais desenvolvido, pois possui infraestrutura e serviços básicos. Tendo em vista que a demanda de empregos exige mão de obra especializada e os imigrantes não as possuem. Intensificando assim a segregação socioespacial, portanto não é simplesmente e somente um fator de divisão de classe no espaço urbano, mas também um instrumento de controle desse espaço.

Tais características são observadas nos bairros periféricos onde a atuação do poder público é mínima, enquanto em bairros centralizados a classe alta tem preocupação com infraestrutura e serviços básicos. Neste contexto, a segregação socioespacial não contribui apenas a um subproduto do processo de urbanização, uma vez que integra a própria dinâmica do espaço urbano. Deste modo, entende-se que a escolha do tema tem como foco analítico que permitira ampliar o enfoque restrito às carências da população e incorporar as privações do espaço vivido abordado, com isso mostrar as distintas dimensões das desigualdades observadas no município.

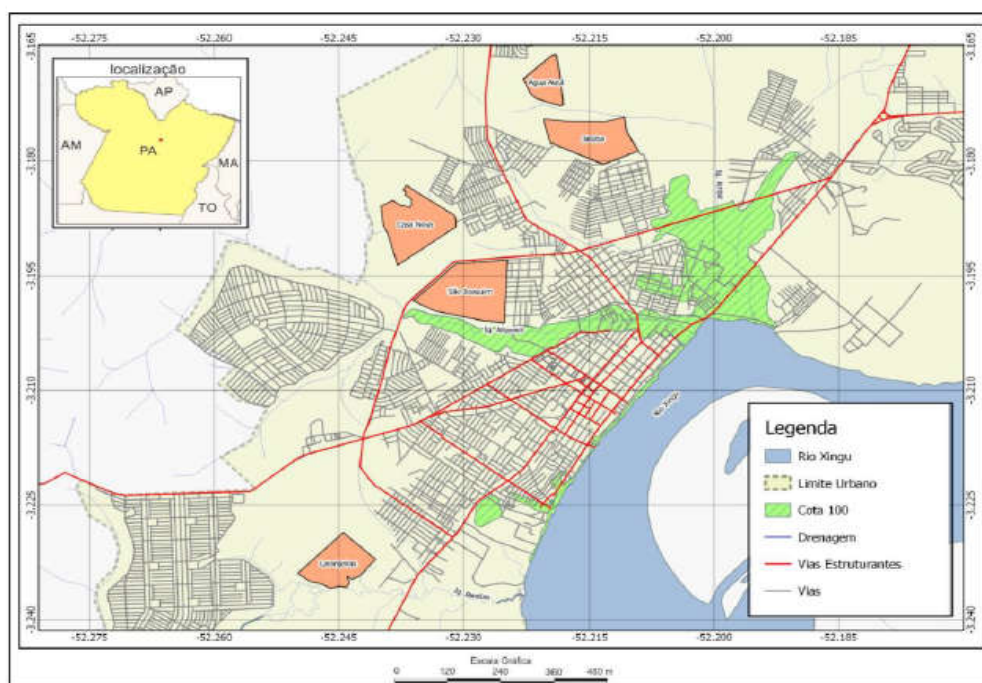
No caso da cidade de Altamira – Pará, que ficam no entorno do Empreendimento UHE Belo Monte, a segregação socioespacial ficou mais evidente pela instalação das *company towns*,

EXPANSÃO URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: UMA ANÁLISE DA CIDADE DE ALTAMIRA-PARÁ FACE AO EMPREENDIMENTO HIDRELETRICO DE BELO MONTE

Ítalla Cristina NEVES; Gleiciely Barroso CARVALHO; Genilson Santana CORNÉLIO

que concentra a maior parte da infraestrutura urbana, ao lado dos núcleos pré-existentes, que aglomeram as mazelas sociais trazidas pelos grandes projetos. Uma das consequências à cidade de Altamira, a partir da implantação do empreendimento foi a rápida expansão urbana, com o a criação de novas áreas de ocupações, no total de cinco novos Reassentamentos Coletivo Urbano – RUCs o Jatobá, Água Azul, Casa Nova, São Joaquim e Laranjeiras demonstrados no mapa abaixo, que alteraram a configuração socioespacial da mesma.

Figura 5. Localização das áreas de Reassentamentos Urbano Coletivo – RUC



Fonte: GEDTAM 2014

Porém, devido ao índice intenso de migrações para a região tem-se caos social causado e pelo deslocamento forçado de aproximadamente 20 mil pessoas das áreas diretamente afetadas, tais impactos, segundo o painel, são acrescidos pela subestimação da população atingida e das áreas diretamente afetada. Portanto, é perceptível a heterogeneidade espacial moldada com consequentes desigualdades sociais, apontando a disparidade na distribuição de renda, apesar da tendência de progresso observada nos últimos anos.

Percebe-se que é o movimento do capital, ignorando as dinâmicas locais e desrespeitando a diversidade cultural, mediante a tentativa de homogeneização do território, no sentido de impor a dinâmica da valorização do capital em si mesmo, que por consequência

arrebatada, espoliada e desapropriada parte da sociedade que por consequência são levadas a condições subnormais e desumanas.

Mediante as notórias transformações ocorridas no território devido à implantação do empreendimento foram necessárias estender os olhares para a nova organização espacial para compreender, de quais diferentes formas, e com quais díspares intensidades, esse município tem padecido com as consequências.

Para melhor compreensão da realidade resultante da construção e operação do empreendimento UHE Belo Monte, mediante a análise documental e empírica realizado pelo Professor Neto⁵ e Grupo de estudos GEDTAM, que se constatou que o conjunto de áreas diretamente afetadas corresponde em torno de 25% da malha urbana da cidade, ou seja, uma demanda de mais de 22 mil pessoas deverão ser assentadas em mais de 6 mil lotes urbanos. Mediante a construção dos RUCs, as famílias das ADAs foram atendidas pela Norte Energia, empresa responsável pelo processo de indenização e processo de realocação, um dos critérios estabelecidos para a seleção dessas áreas são: localização (priorizando áreas até 2 km do local de origem do reassentado), acessibilidade (comunicação com o entorno a partir de um sistema viário funcional), topografia favorável (além de estar acima da cota de segurança, o terreno deve possuir poucas variações topográficas, com condições para uma drenagem adequada), conexão com as estruturas básicas mínimas (saúde, educação e serviços básicos), bem como as condições de aquisição e disponibilidade no mercado.

Os respectivos dados mencionados na tabela expõe o quantitativo de lotes (estimativa) e Residências RUCs em cada Reassentamento construído pela Norte Energia.

⁵ Mestre em Geografia, docente e pesquisador na Faculdade de geografia da Universidade Federal do Pará. Aluno do Programa de pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP mirandaneto@ufpa.br

TABELA 1 – Características das Áreas de Reassentamento Urbano Coletivo

RUCs	Nº de Lotes (Estimativo)	Residenciais RUC	Vila Residencial
Jatobá	1286	1270	16
São Joaquim	1041	937	104
Casa Nova	453	453	-
Água Azul	775	775	-
Laranjeiras	545	545	-
TOTAL	4100	3980	120

Fonte: Norte Energia, 2013b.

Figura 6: Imagens da Construção das casas no RUC



Fonte: GEDTAM 2013

As imagens acima mostra a construção das casas nos reassentamentos urbano coletivo - RUC, onde estas passou a admitir apenas um modelo de casa padrão com 63m² (2 quartos, 1 suíte, sala, cozinha, banheiro social, varanda e área de serviço), com material pré-moldado e toda de concreto.

Para tal compreensão da realidade atual das famílias reassentadas aos novos RUCs foi realizado o acompanhamento posterior ao processo de realocação, cerca de 60 famílias, que subsidiou os resultados demonstrados ao longo do artigo, tais como a verificação dos impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos ocorridos com as famílias realocadas.

É possível perceber Figura 5 Localização das áreas de Reassentamentos Urbano Coletivo – RUC que existe uma relativa distância entre as áreas de reassentamento e o limite altimétrico de inundação (Cota 100). O não cumprimento de um dos critérios estabelecidos pela Norte Energia a cerca da distância máxima de deslocamento das famílias de 2 km em relação ao local de origem previsto anteriormente no Plano Básico Ambiental - PBA.

Contudo, o sistema viário precisou ser adaptado e modificado para atender a demanda de acessibilidade. Novas unidades básicas de saúde foram implantadas nos loteamentos, porem ate o presente momento a Unidade Publica de saúde que esta em pleno funcionamento é a do Bairro Jatobá, nos outros bairros as Unidade Publica de Saúde ou estão fechadas a espera de inauguração ou não possui atendimento ao publico.

112

Durante as pesquisas a campo nos cinco RUCs observamos os mais diversos depoimentos em relação à nova moradia, o relato a seguir é de reassentada do Bairro Jatobá, sendo que esta morava no Bairro Baixão do Tufi este era considerado um aglomerado subnormal.

Para ser sincera eu nunca concordei em sair do Baixão para vir para cá, por que apesar de lá ter vários problemas como todo mundo fala, é o lugar que a gente viveu, né? Já tinha hábitos e costumes lá. Não dá assim para gente sair de um lugar que a gente se apegou para gente chegar em outro e dizer que gostou daquele local... mas eu não vou mentir não eu não gosto muito daqui a gente acostuma, né? Por que é único lugar por que tem para morar, mas eu não gosto daqui, até por que, primeira coisa que eles falam por que aqui está melhor é por que lá todo ano a gente tem que sair das casas da gente por que a água alaga. Eu não vejo tanta bem feitoria por que aqui quando dá uma chuva forte, alaga, a água molha o sofá todinho aqui, os tapetes, e a gente tem que se batendo para estar enxugando a casa, não tem nem tanta diferença. Lá a gente quando queria fazer uma compra para escola, a gente como faz o ditado a gente esticava o pé já estava lá, aqui se você quiser ir, quem não sabe andar de bicicleta, quem não tem um transporte melhor, vai de pé, quem tem problemas de doença, fica bem mais complicado né... Pra mim não foi uma experiência ótima e nem é bom tá morando aqui, eu preferiria realmente tá morando lá por que bem o ruim era o lugar que a gente morava, e a gente nunca pediu pra eles tirar a gente de lá...(Fonte: GEDTAM 2015).

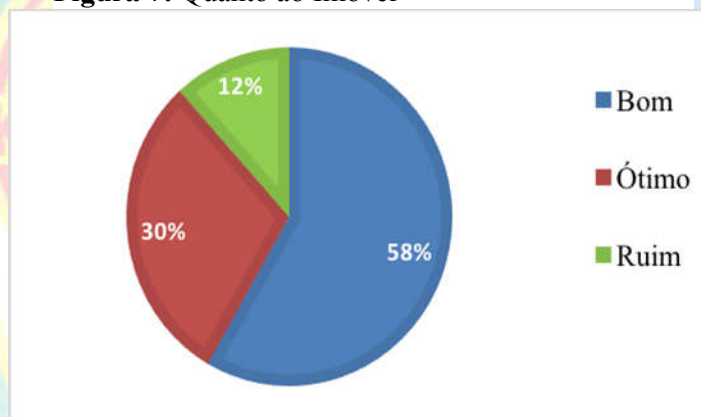
No relato da senhora de 38 anos mostra a sua opinião negativa quanto ao sua experiência e atual realidade. Outro entrevistado do bairro São Joaquim relata sua visão positiva em relação a sua nova moradia.

Olha pra falar a verdade gosto muito dessa casa aqui oh. Na minha casa não deu problema, estou satisfeita com minha casa graças a Deus. Na verdade, a gente lá onde nós morávamos nas casas todo alagava sabe, ai tínhamos que sair por causa da inchente, nossa casas era de palafita né, assim assoalhada e também não tínhamos... Aqui não tem mais isso sabe,, tem meu quitazim planto minhas plantinhas vivo numa boa sabe, gosto muito daqui... (fonte: GEDTAM 2015).

Neste relato observamos a opinião positiva do reassentado. Dentre as entrevistas realizadas no mês de julho de 2015, obtivemos cerca de 58% dos relatos em que contam sua opinião positiva quanto ao imóvel que receberam, como consta no gráfico abaixo:

IV. 9) Como você considera o imóvel que recebeu?	
Bom	35
Ruim	18
Péssimo	7

Figura 7: Quanto ao Imóvel



Fonte: GEDTAM 2015

Na representação gráfica da figura 8 que diz a respeito do imóvel recebido temos um quantitativo alto de opiniões positivas em relação a sua nova moradia. Contudo, em outro relato de uma moradora de 33 anos, residente no RUC Laranjeiras relata sua opinião quanto a sua moradia.

Olha confesso que não gosto daqui, preferia minha antiga casa. Sabe por que? A escola dos meus filhos era bem pertim sabe, dava um pulo e já chegava... e nem te conto dos meus trabalhos (risos) amava meu trabalho, sempre me virei sabe, desde nova sempre trabalhei, sou manicure e sempre trabalhava num salaozin de uma amiga, eu ganhava mais ou menos, então resolvi fazer atendimento na casa da pessoa e ate lá em casa mesmo oh. Falando de casa deu uma saudade da minha oh, gostava demais de la. Era perto do centro dava um pulo estava perto de tudo sabe, e sem contar que aqui nesse fim de mundo meu marido quase não tem trabalho sabe. Ele fica fazendo um bico aqui outro aculá... e toda vez que penso nisso fico triste sabe, morava perto da minha família agora todos moram longe sem contar que aqui não tem nada né. Tem o postim mas não funciona, a escola ate hoje não foi terminada, eu nem posso ta saindo por que é tudo longe demais, e só tem uma moto sabe, ai fica mais difícil... pra falar a verdade não gosto mesmo daqui... (GEDTAM 2015).

Como é apresentado no relato a opinião negativa quanto a sua vivencia no reassentamento, e mesmo com toda a problemática existente na antiga casa preferia continuar morando na sua casa. Alterações como essas foi muito comum presenciar a partir do processo

de desapropriação dessas famílias. As raízes dessas famílias vão muito além do bem material, eles tem suas histórias, seu modo de vida cravados naqueles locais.

De modo geral, SANT'ANA, 2008, p.1267 diz que; como parte constituinte da acumulação de capital, a reestruturação produtiva, implicou a reestruturação urbana, através da criação de novas dinâmicas econômicas e territoriais, redefinindo as centralidades. As novas formas produtivas corroboram com a atuação do capital, e simultaneamente alteram as formas urbanas, colocando em redefinição o par dialético centro-periferia, criando novas espacialidades e temporalidades, modificando as morfologias inerentes ao assentamento urbano em todos os níveis da sociedade, abarcando assim os espaços em suas mais diferentes escalas.

Como a reestruturação do espaço urbano é em grande medida comandada pelo jogo de interesses de classes no âmbito de ações políticas, culturais, e econômicas; e principalmente nos últimos anos pautada no aumento de investimentos para reprodução financeira, fortalecendo a contradição entre espaços de consumo e consumo de espaços para a reprodução, gerando redefinições na organização da estrutura urbana. A área de influencia direta que se localiza na extensão do igarapé Altamira, área esta que esta passando pelo processo de remodelação, com o proposito de área de contemplação, ou seja, área de lazer para determinadas classes media e alta da cidade de Altamira.

Quanto aos reassentamento, às famílias passam por problemas não solucionados pela Norte Energia, tais como RUC sem escola ou não foi entregue à população, sem hospital e com graves problemas de saneamento básico e transporte enquanto as áreas onde elas habitavam foram requalificadas para o lazer que elas não podem desfrutar, põe em dúvida o desenvolvimento proposto para a região. A requalificação da área num espaço de lazer e visitação poderia segundo os antigos habitantes do lugar, se construir as habitações, garantindo a manutenção dos laços e praticas espaciais das famílias que ali residiam, promovendo a valorização desses sujeitos.

CONCLUSÃO

A construção do Empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte em Altamira – Pará contribuiu significativamente para a segregação socioespacial, pois se sabe que grandes obras, independente do setor, sejam hidroelétrico, industrial, enfim, gera uma nova lógica de

produção do espaço urbano. Espera-se que, os estudos, as pesquisas e principalmente as políticas públicas norteiem as decisões sociais, para que estas tenham um caráter pautado na organização o processo de urbanização do espaço e as condições de vida das pessoas (in) diretamente afetada. Pois partes desses interesses são pensadas e executados são pautados na dinâmica capitalista, que conseqüentemente descaracterizam os interesses da população local.

Deste modo, entende-se que a escolha do tema tratado no decorrer do texto permitiu ampliar o enfoque restrito às carências da população e incorporar as privações do espaço vivido abordado, com isso mostrar as distintas dimensões das desigualdades observadas no município, conseqüência da expansão capitalista que ao integrar a dinâmica do espaço urbano amplia as negativas sociais, sobremaneira, as privações do próprio espaço vivido e as necessidades de serviços básicos nas novas áreas dos Reassentamento Urbano Coletivo do município de Altamira.

Diante dos dados apresentados é visível a ausência de uma reparação integral e de um tratamento de fato justo e isonômico das famílias que foram deslocadas de suas residências para os bairros construídas pela Norte Energia também agrava com problemas socioespaciais, pois muitas destas famílias possuíam uma dinâmica direta com o rio e, no entanto sofrem emocionalmente e economicamente, e quando estas são realocadas tem se a necessidade de se estabelecer e criar uma nova dinâmica para adaptar-se à nova realidade.

REFERÊNCIAS

- BECKER, B. K. *Amazônia*. 6 Ed. Editora Ática. São Paulo. 1998. 109 p.
- _____. A Fronteira em Fins do Século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia. In: BECKER, B. et all. *Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990.
- SANTOS, Milton. Dinheiro e Território. In: SANTOS, Milton. et al. (Orgs.). *Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3 Ed. Lamparina. Rio de Janeiro. 2007. 409 p.
- SILVA, Carlos Alberto Franco da. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton. et al. (Orgs.). *Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3 Ed. Lamparina. Rio de Janeiro. 2007. 409 p.
- SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. 5 Ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 2003. 352 p.
- HAESBAERT, Rogério. *Da desterritorialização à multiterritorialidade*. In. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo. 2005. 1-19 p.

EXPANSÃO URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: UMA ANÁLISE DA
CIDADE DE ALTAMIRA-PARÁ FACE AO EMPREENDIMENTO HIDRELÉTRICO DE
BELO MONTE

Ítalla Cristina NEVES; Gleiciely Barroso CARVALHO; Genilson Santana
CORNÉLIO

BRANDÃO, C. A. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Editora da UNICAMP. Campinas. SP. 2007. 238 p.

NETO, J. Q. M. Reassentamento da População Urbana Diretamente Afetada pelo Empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte em Altamira-Pa; *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*, v. 02, n. 13, 2014, pp. 43-57.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. Relatório de Impacto ambiental: aproveitamento hidrelétrico Belo Monte. Brasília, Maio de 2009.

COHEN, S. C. et al. Habitação saudável e ambientes favoráveis à saúde como estratégia de promoção da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(1):191-198, 2007.

GEDTAM – Grupo de estudos desenvolvimento e dinâmicas territoriais na Amazônia. Malha urbana de Altamira – 2014 [Mapa]. Altamira; 2014b.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Aglomerados Subnormais: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse preliminar do censo demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a.

JORNAL AMAZÔNIA. Indenização irrisória e casas com “prazo de validade” assustam moradores de Altamira. 17 de agosto de 2013. Obtido em <http://amazonia.org.br>.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Curso de gestão ambiental em urbanização de assentamentos precários. Brasília – DF, 2007.

NORTE ENERGIA S.A. Apresentação da Comissão de Reassentamento Urbano. Altamira-Pa. 2012. 28 slides: color. Slides gerados a partir do software PowerPoint.

GOTTDIENER, Mark. A produção social do espaço urbano. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: EDUSP, 1993.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e Organização Espacial*. São Paulo: Ática, 2000.